

VI Congreso ISKO
España-Portugal 2023
16º Congreso ISKO España

Tercera edición revisada y aumentada



FACULTAD DE
CIENCIAS
DE LA DOCUMENTACIÓN
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID

**Actas del VI
Congreso ISKO
España-Portugal
2023**

16º Congreso ISKO España

Madrid, 26 y 27 de octubre de 2023

María Olivera Zaldua, Ana Lucía Terra, Carmen
Agustín Lacruz (editores)

Sociedad Internacional para la Organización
del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico

Madrid, 2025
Tercera edición revisada y aumentada

Tercera edición revisada

Madrid, julio de 2025

Edita: Facultad de Ciencias de las Documentación UCM

© De la edición: Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento (ISKO) – Capítulo Ibérico

© De los textos individuales: los autores



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Atribución/Reconocimiento - 4.0 Internacional.

ÍNDICE

Organización del congreso-Prólogo	9
Introducao-Introducción	11
1. Organización del conocimiento en el ámbito documental	21
<i>Tecnologias da inovação e gestão da informação nas organizações de serviços no contexto da transformação digital</i>	23
Thiago Spiri Ferreira; Sergio Mari Junior; Francisco Carlos Paletta	
<i>Curadoria de acervos digitais em Memória e Cultura: proposta de um modelo autoral como Dados Abertos Interligados e grafos nomeados</i>	33
Carlos Henrique Marcondes	
<i>Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto</i>	47
Luis Corujo; Maria Cristina Vieira de Freitas; Carlos Guardado da Silva; Jorge Revez	
<i>Técnicas de obtención terminológica empleadas en la construcción del Tesouro de Bibliotecología y Estudios de la Información</i>	67
Adriana Suárez Sánchez; Catalina Naumis Peña; Clarisa Victoria García	
<i>¿Cómo incorporan la interdisciplinariedad los profesores de posgrado iberoamericanos de OC?: avance de situación</i>	81
Mario Barité; Varenka Parentelli	
<i>Estudio comparativo de funcionalidades de organización de información en gestores de referencia bibliográficas</i>	93
Jesús Tramullas, Ana I. Sánchez-Casabón; Piedad Garrido-Picazo	
<i>Análisis de la organización del conocimiento como parte de un modelo de recuperación de la información.</i>	105
María del Carmen Cruz Gil; Gema Bueno de la Fuente; Luis Blanco Domingo; Carmen Agustín Lacruz	
<i>Identificação arquivística e organização do conhecimento: estudos para construção do plano de classificação referente às atividades-fim do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)</i>	123
Alexandre Faben; Ana Célia Rodrigues; Carlos Guardado da Silvva	
<i>Interoperabilidade semântica para objetos digitais do patrimônio científico: interligando conteúdo via Linked Data</i>	137
Alexandre Medeiros Correia de Sousa; Claudio Jose S. Ribeiro; Maria Manuel Borges	
<i>La clasificación de las revistas científicas en los sistemas nacionales de evaluación de la ciencia</i>	151
Valeria Montoya-Roncancio	

<i>La garantía académica: primera aproximación hacia su normalización</i> Ana Inés Brozia	165
<i>A tipologia documental em sistemas de informação digitais: um olhar sobre a organização do conhecimento sanitário no âmbito dos hospitais federais do Rio de Janeiro/ Brasil</i> Louise Anunciação Fonseca de Oliveira do Amara; Rodrigo França Meirelles; Daniel Flores; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	173
<i>Modelos conceptuales de esquemas de metadatos de gestión de documentos electrónicos: una base para el tratamiento del patrimonio documental digital</i> José Luis Bonal-Zazo; María Pilar Ortego de Lorenzo-Cáceres	185
<i>Organización y representación del conocimiento en los archivos de los partidos políticos: mapeo de los fondos documentales del Partido de los Trabajadores en el Estado de São Paulo</i> Wilson Roberto Veronez Júnior; Sônia Maria Troitinho-Rodríguez; Daniel Martínez-Dávila	197
<i>Contribuições, desafios e interlocuções da organização do conhecimento e da arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da comissão da verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</i> Jacynara Kalina Themistocles da Silva; Célia da Consolação Dias	207
<i>A organização do conhecimento na “coleção de história e fontes da província portuguesa do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria”</i> Filipa Lopes; Anabela Costa	219
<i>Estratégias de leitura documentária para análise de assunto de objetos museológicos</i> Raul de Azevedo Cavalho; Franciele Marques Redigolo; Mariângela Spotti Lopes Fujita	237
<i>Desinformação nas Mídias Sociais e a Organização do Conhecimento</i> Giulia Nascimento Martins; Natália Marinho do Nascimento	249
<i>Prêmios e instituições de literatura infantil e juvenil do Brasil e o PNLD: análise a partir do conceito de regime de informação</i> Debora Santos de Oliveira	255
<i>Os tipos de contexto, suas aplicações em diferentes domínios e implicações à representação do conhecimento</i> Franciele Marques Redigolo; Gercina Ângela de Lima; Mariângela Spotti Lopes Fujita	267
<i>Análise do conceito de gestão de documentos à luz da teoria do conceito de Dahlberg</i> Danilo André Cinacchi Bueno; Ana Célia Rodrigues	285
<i>Explorando intersecções entre Arquivamento da Web e Organização do Conhecimento</i> Jonas Ferrigolo Melo; Moisés Rockembach	295

<i>Modelo SKOS e ISO 25964: similaridades das recomendações para a representação de tesouros</i>	307
Suelen Camilo Ferreira; Paula Regina Dal'Evedove	
<i>Produtividade científica na temática organização do conhecimento: um recorte da produção na Web of Science no período de 2013 a 2022</i>	317
Raymundo das Neves Machado; Kátia de Oliveira Rodrigues	
<i>Las dataciones en la descripción y recuperación de documentación archivística en corpus digitales y bases de datos. Problemáticas en la documentación vallisoletana del CORHEN</i>	319
Alicia Sánchez Díez; Concepción Mendo Carmona	
2. Organización del conocimiento en el valor patrimonial	335
<i>Perfil de aplicación de metadatos para piezas anatómicas plastinadas alineado a los principios FAIR. Resultados preliminares</i>	337
Morgana Carneiro de Andrade; Maria José Baños-Moreno; Patrícia Pacheco de Barros; Gleice Pereira	
<i>Perfiles de aplicación de metadatos para la digitalización y organización de colecciones especiales con valor patrimonial en Puerto Rico y el Caribe (Poster)</i>	353
Dinah M. Wilson Fraites	
<i>Cultural & Knowledge Spaces in the Digital Era: a Case Study on the Digital Preservation and Access to the Cultural Heritage of the Nile Valley in Sudan</i>	357
Widad Mustafa El Hadi; Sarah Hassan Elbeely; Shadia Abdrabo Abdelwahab	
<i>Representação do conhecimento em arquivos deslocados: uma abordagem estemática</i>	373
Ascensão de Macedo; Carlos Guardado da Silva	
<i>O caleidoscópio do sistema de organização do conhecimento: a manifestação cultural Festa Junina</i>	387
Deise Maria Antonio Sabbag; Ednéia Silva Santos Rocha; Daniele Achilles; Sumeire Tamiko Takahashi	
<i>Conhecimento Patrimonial e Comunidades Discursivas: Em Busca de (Des)construções Coloniais</i>	405
Maira Cristina Grigoletto; Giulia Crippa	
3. Dimensión social en la organización del conocimiento	419
<i>Discapacidades leves de la visión y sistemas de clasificación por colores: hacia una perspectiva de usuario</i>	421
Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez	
<i>La presencia del lenguaje inclusivo en la organización del conocimiento: antecedentes</i>	429
Patricia Daniela Petroccelli Rodríguez	

<i>Los términos de accesibilidad e inclusión en la producción científica de Biblioteconomía y Documentación: revisión sistemática de las tendencias de uso</i>	437
Elena Loreto Olmedo Pagés	
<i>Reparação taxonômica em artigos relacionados ao feminino na Wikipédia: iniciativas do WikiProjeto Women in Red</i>	447
María José Vicentini-Jorente; Isabela Correa-Macena	
<i>Teorias e práticas convergentes entre a Organização do Conhecimento e a Curadoria Digital: um olhar para o Museu da Pessoa</i>	457
Gabriela de Oliveira-Souza; María José Vicentino Jorente	
<i>Experiências dos estudantes de ciências sociais portuguesas e espanholas sobre a literacia da informação e o uso de tecnologias móveis no ensino superior: análise qualitativa pós COVID-19</i>	471
Carlos Lopes; Maria Luz Antunes; David Caballero-Mariscal; Tatiana Sanches	
<i>Representation of the concept of sexual orientation in library classifications: a comparative analysis between the Universal Decimal Classification and the Library of Congress Classification</i>	485
Paulo Vicente; Ana Lúcia Terra; Maria Manuela Tavares de Matos Cardoso	
<i>Artigos científicos sobre pole dance: um estudo no portal brasileiro de publicações e dados científicos em acesso aberto (Oasisbr)</i>	495
Gabriela da Silva Conceição; Barbara Cristina Marques dos Santos Ribeiro; Michely Jabala Mamede Vogel	
<i>O uso de Sistemas de Organização do Conhecimento na tipificação de crimes de homicídio de mulheres e feminicídio: abordagem introdutória</i>	507
Rochelle Martins Alvorcem; Gercina Ângela de Lima; Maria Cristina Vieira de Freitas	
<i>Infodemia socioambiental sobre a Amazônia nas eleições do Brasil</i>	539
Karine Tavares Nunes; Francisco Arrais Nascimento; Caroline Kraus Lovizotto	
4. Teoría y epistemología en la organización del conocimiento	549
<i>Hermenêutica e organização e representação do conhecimento: um diálogo necessário</i>	551
José Augusto Chaves Guimarães; Walter Clayton de Oliveira	
<i>Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos</i>	559
Richele Grengue Vignoli	
<i>A semiótica francesa na representação da informação de histórias em quadrinhos</i>	569
Etefania Cristina Pavarina; Fernanda Lacerda Santana	

<i>Organização do Conhecimento e Pragmatismo: Sinequismo e Falibilismo na atualização do conceito</i>	581
Alexandre Robson Martines; Valdirene Aparecida Pascoal	
<i>Cartografando os destinos discursivos em filosofia e epistemologia da ciência da informação: mapas bibliográficos do século XXI</i>	593
Isabelle Nunes; Gustavo Silva Saldanha	
<i>Organização do conhecimento: visão crítica de processos e procedimentos</i>	599
Richele Grengue Vignoli; Mariana Rodrigues Gomes de Mello; Daniel Martínez-Ávila; Aurora Cuevas-Cerveró	
<i>Aspectos Epistemológicos e Mudanças Paradigmáticas da Arquivologia junto à Organização do Conhecimento</i>	607
Rosale de Mattos Souza	
<i>A Organização do Conhecimento nas Humanidades Digitais: uma abordagem exploratória a partir de manuais de HD</i>	611
Ana Lucía Terra	
<i>Fundamentos teóricos de la organización de la información y del conocimiento: arcabouços nos programas de pós-graduação brasileiro</i>	621
Edivanio Duarte de Souza; Dalgiza Andrade Oliveira; Jonás Aron Cardoso Diniz	
5. Futuros profesionales en la organización del conocimiento	633
<i>Competencias profesionales para la organización del conocimiento en repositorios institucionales</i>	635
Gema Bueno de la Fuente; Carmen Agustín-Lacruz; Mariângela S.L. Fujita; Ana Lucía Terra	
<i>Relações entre Humanidades Digitais e Organização do Conhecimento: além de uma perspectiva instrumental</i>	649
Moises Rockembach; Thiago Henrique Bragato Barro	
<i>Uso de inteligência artificial para indexação de filmes: reflexões sobre a importância do profissional da informação</i>	659
Ednéia Silva Santos Rocha; Vitoria Safra Moraes	
<i>Revisitando o debate entre organização da informação e organização do conhecimento: um estudo de caso na Universidade de Lisboa</i>	675
Jorge Revez	
<i>Percepções dos investigadores sobre as competências do bibliotecário da saúde: um estudo qualitativo</i>	691
Maria Luz Antunes; Carlos Lopes; Maria Manuel Borges	
<i>Os desafios da formação de profissionais da organização do conhecimento arquivístico para acervos com documentos fotográficos</i>	703
Anna Carla Almeida Mariz	

VI Congreso ISKO España-Portugal

16º Congreso ISKO España

(Madrid, 26-27 de octubre de 2023)

Coordinación general

- José Luis Gonzalo Sánchez-Molero. Decano de la Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid
- María Olivera Zaldua. Facultad de Ciencias de la Documentación. Universidad Complutense de Madrid

Comité organizador

- Ana Terra. Universidade de Coimbra. Portugal
- Carlos Guardado da Silva. Universidade de Lisboa. Portugal
- Carmen Agustín Lacruz. Universidad de Zaragoza. España
- Blanca Rodríguez Bravo. Universidad de León. España
- Benito Rial Costas. Universidad Complutense de Madrid. España
- Antonio Carpallo Bautista. Universidad Complutense de Madrid. España
- Juan Miguel Sánchez Vigil. Universidad Complutense de Madrid. España
- José María de Francisco Olmos. Universidad Complutense de Madrid. España
- Antonia Salvador Benítez. Universidad Complutense de Madrid. España
- Yolanda Clemente San Román. Universidad Complutense de Madrid. España
- María Antonia Ovalle Perandones. Universidad Complutense de Madrid. España
- Sonia Sánchez Cuadrado. Universidad Complutense de Madrid. España
- Yolanda de la Iglesia. Universidad Complutense de Madrid. España
- Gloria Conde Ballesteros. Universidad Complutense de Madrid. España
- María Ángeles Jiménez Calderón. Universidad Complutense de Madrid. España
- Noemí Astorga Frade. Universidad Complutense de Madrid. España

Comité Científico

- Blanca Rodríguez Bravo. Universidad de León. España
- Carlos Guardado da Silva. Universidade de Lisboa. Portugal
- Crispulo Travieso Rodríguez. Universidad de Salamanca. España
- Fernanda Ribeiro. Universidade do Porto. Portugal
- Francisco Javier García Marco. Universidad de Zaragoza. España
- Isidoro Gil Leiva. Universidad de Murcia. España
- Jesús Gascón García. Universitat de Barcelona. España
- Jorge Revez. Universidade de Lisboa. Portugal
- José Antonio Frías Montoya. Universidad de Salamanca. España
- Charo Arquero Avilés. Universidad Complutense de Madrid. España
- Luís Corujo. Universidade de Lisboa. Portugal
- Maria Cristina V. Freitas. Universidade de Coimbra. Portugal
- María José López-Huertas. Universidad de Granada. España
- María Luísa Alvite Díez. Universidad de León. España
- Maria Manuel Borges. Universidade de Coimbra. Portugal
- Mario Barité. Universidad de la República. Uruguay
- Natália Bolfarini Tognoli. Universidade Federal Fluminense. Brasil
- Olívia Pestana. Universidade do Porto. Portugal
- Rosa San Segundo Manuel. Universidad Carlos III de Madrid. España
- Stephanie Colombo. Universidad de la República. Uruguay
- María Olivera Zaldua. Universidad Complutense de Madrid. España

Organização do Conhecimento nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: O Plano de Classificação de Informação Arquivística, do Processo ao Produto

Luís Corujo¹; Maria Cristina Vieira de Freitas², Carlos Guardado da Silva³, Jorge Revez⁴

Resumo: Este estudo apresenta os recentes desenvolvimentos nas políticas de classificação da informação de arquivo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas portuguesas. No seguimento de um grupo de trabalho profissional e reforçado por um mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), os arquivos administrativos das IES estão a pôr em prática uma nova abordagem de organização do conhecimento através do desenvolvimento de um Plano de Classificação Comum das IES (PCIES). O PCIES será oficialmente publicado como legislação de gestão documental/arquivística e espera-se que modifique amplamente as práticas de administração das IES. O principal objetivo deste estudo é discutir as soluções de OC (Hjørland 2016) que estão a ser consideradas para a criação do PCIES. Através de uma revisão da literatura, juntamente com uma abordagem de gestão de projetos, foi realizada uma análise qualitativa dos problemas encontrados e das soluções propostas durante a conceção do PCIES. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa (MEF) e a Lista Consolidada (LC) são os principais enquadramentos para o desenvolvimento do PCIES, e contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação. Este paradigma cruza de forma transversal e suprainstitucional as funções com os processos de negócio, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos (Silva, 2019). Os resultados incluem uma reflexão sobre um novo instrumento de gestão da informação normalizado, que serve a classificação da informação arquivística para a administração pública portuguesa e, em particular, para a comunidade arquivística das IES.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior; Portugal; Classificação; MacroEstrutura Funcional; Instrumentos de Gestão de Informação

Resumen: Este estudio presenta la evolución reciente de las políticas de clasificación de la información archivística de las Instituciones de Educación Superior (IES) públicas portuguesas. Tras un grupo de trabajo profesional y reforzado por un mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), los archivos administrativos de las IES están poniendo en práctica un nuevo enfoque para organizar el conocimiento mediante el desarrollo de un Plan Común de Clasificación para las IES (PCIES). El PCIES se publicará oficialmente como legislación sobre gestión de documentos/archivos y se espera que modifique ampliamente las prácticas de administración de las IES. El objetivo principal de este estudio es debatir las soluciones de OC (Hjørland 2016) que se están considerando para la creación del PCIES. A través de una revisión bibliográfica, junto con un enfoque de gestión de proyectos, se llevó a cabo un análisis cualitativo de los problemas encontrados y las soluciones propuestas durante el diseño del PCIES. La Macroestructura Funcional Portuguesa (MEF) y la Lista Consolidada (LC) son los principales marcos para el desarrollo del PCIES, y contribuyen a la aparición de un nuevo paradigma en la Gestión de la Información. Este paradigma cruza las funciones

¹ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: luiscorujo@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-4411-2453

² Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal
E-mail: cristina.freitas@fl.uc.pt
ORCID: 0000-0002-8849-8792

³ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: carlosguardado@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-1490-8709

⁴ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
E-mail: jrevez@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0002-3058-943X

con los procesos de negocio de forma transversal e interinstitucional, y considera los diferentes órganos de la administración pública como sistemas abiertos (Silva, 2019). Los resultados incluyen una reflexión sobre una nueva herramienta normalizada de gestión de la información que sirva a la clasificación de la información archivística para la administración pública portuguesa y, en particular, para la comunidad archivística de las IES.

Palabras clave: Instituciones de Educación Superior; Portugal; Clasificación; Macroestructura funcional; Herramientas de gestión de la información.

Sumario: 1. Introdução. 2. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa. 3. O Plano de Classificação Comum das IES. 4. Soluções de Organização do Conhecimento. 5. Conclusão.

1. Introdução

A classificação é um conceito e uma operação fundamentais na Organização do Conhecimento (OC) (Hjørland, 2017, p. 97). Hjørland (2017) indica que este termo se refere à afetação de elementos a classes pré-estabelecidas e, numa perspetiva mais lata, é o processo de distinguir e distribuir tipos de "coisas" em diferentes grupos.

Autores como Gnoli (2016) e Smiraglia (2016) consideram-na um tipo de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Os SOC e os Processos de Organização do Conhecimento (POC) são os principais aspetos da OC (Hjørland, 2016, p. 475). Hjørland (2016, p. 475) apresenta como exemplos de POC os processos de catalogação, de análise de assunto, de indexação e de classificação, enquanto os SOC constituem uma seleção de conceitos semanticamente relacionados - sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, ontologias e outros sistemas de metainformação. É neste sentido que o autor considera que OC pode ser compreendida, num sentido restrito, exemplificando com os POC e os SOC que ocorrem no âmbito da CI, mas também num sentido mais alargado, exemplificando com os sistemas conceptuais, os campos e sistemas de atividade sociais existentes ou em curso em todos os domínios da sociedade. Este sentido mais amplo de SOC, em que se incluem os sistemas de atividades e as teorias científicas, constitui-se como o conhecimento de base necessário para organizar o Conhecimento no sentido mais estrito da CI (Hjørland, 2016, p. 482). Hjørland (2016, pp. 476-478) apresenta cinco abordagens (ou tradições) da OC, que correspondem, de certa forma, às diversas correntes de pensamento e à evolução do próprio campo: práticas e intuitivas; baseadas no consenso, e que remete para os sistemas de teor universalista, prescritivo e enciclopédico, idealizados para abarcar todo o conhecimento do mundo e o representar de forma enumerativa através de classes; facetadas-analíticas, relacionadas com sistemas facetados com uma lógica flexível de "blocos de construção", que possibilita a criação de classes específicas para objeto; cognitivas e baseadas no utilizador, incluindo a forma como este produz e angaria informação; e epistemológicas ou de análise de domínio, que subordinam a classificação à interpretação do discurso de uma dada comunidade e ao contexto em que a informação vai ser recuperada, resultando numa classificação menos formal e mecânica. Sobre a abordagem facetada-analítica, Hjørland (2016, p. 477) aponta que o seu ponto forte são os seus princípios lógicos e a forma como fornece

estruturas SOC, mas revela falta de base empírica em termos metodológicos (apesar de qualquer classificação facetada dever ter por base uma lista de conceitos derivados empiricamente), e também por ser uma ordenação especulativa do conhecimento sem base no desenvolvimento ou na influência de teorias e estudos sócio-históricos. Ou seja, aparenta basear-se no pressuposto problemático de que as relações entre conceitos são apriorísticas, e não são estabelecidas pelo desenvolvimento de modelos, teorias e leis (Hjørland, 2016, p. 477). No que tange a abordagem da análise de domínio, Hjørland (2016) considera ser a que melhor se adequa à representação dos documentos a partir de múltiplas perspectivas, sem prejuízo do importante contributo e atualidade das outras. Tennis (2003, pp. 191-192) considera que, para que a análise do domínio funcione cumulativamente, devem ser redigidas definições transferíveis dos domínios, ou seja a definição do domínio em si, o elemento necessário para a sua transferência e compreensão pelos diversos estudos de investigação. Para o efeito, o autor (Tennis, 2003, pp. 192-193) propõe dois eixos (instrumentos) analíticos, concebidos para apoiar o analista de domínio durante a fase de operacionalização: as áreas de modulação, que definem os parâmetros para os nomes e a extensão do domínio (âmbito), e os graus de especialização, que definem e qualificam a intenção do domínio. Assim, os parâmetros de modelação servem para o analista determinar o que está e o que não está incluído no domínio, que deve ser perceptível para quem o vai apreender, assim como o seu nome (Tennis, 2003, p. 193). Já a qualificação do domínio serve para diminuir a sua extensão para aumentar a sua intenção, ou seja, delimita o que está a ser estudado através da focalização, baseando-se na análise do que converge para o domínio, e de que forma se divide dentro dele, declarando ainda a sua posição em relação a outros domínios através da intersecção, que pode ou não provocar a reconfiguração de domínios já estabelecidos e ser responsável pela criação de novos domínios, como são exemplo a Ética Biomédica ou os Estudos Feministas (Tennis, 2003, pp. 193-194). Para além disso, o autor alerta para a necessidade de o analista compreender os limites da análise, uma vez que tudo muda, inclusivamente a visão do analista e o domínio, sugerindo que esta análise seja orientada para o contexto (apesar de, no texto, não concluir a sua ideia) (Tennis 2012a, p. 11).

Além da sua aplicação em classificações bibliográficas tradicionalmente utilizadas nas bibliotecas, estas atividades são também realizadas em contextos como a gestão documental (GD) e os arquivos (Hjørland, 2008, p. 86), isto é, no âmbito da gestão da informação. Os SOC fornecem um registo estruturado dos conceitos - uma unidade básica em OC (Dahlberg, 2014; Smiraglia, 2016) - e de relações entre eles (Gnoli, 2016). Para Dahlberg, sendo os conceitos unidades do Conhecimento, estes estão ligados às características dos objetos, dado que são os conceitos que transformam os significados dos objetos em signos linguísticos, ilustrando esta relação num triângulo, em que o objeto específico ou referente se encontra no vértice superior, é representado pela síntese das suas características (vértice esquerdo), através do significante, que pode ser um signo linguístico ou um termo, com a finalidade de ser comunicado (vértice direito) (Dahlberg, 2014, p. 86).

Smiraglia (2016) considera que os SOC, incluindo as classificações, podem ser avaliados e explicados tendo como referência a teoria dos conceitos, enquanto

Tennis (2015) propõe a Teoria da Classificação como a construção, implementação, manutenção e avaliação de esquemas de classificação. Dahlberg (1976) também fornece a sua perspectiva sobre a evolução histórica da Teoria da Classificação, desde o período em que era considerada apenas como um conhecimento expresso ou inconsciente, até à consideração da possibilidade de aplicar uma série de princípios na avaliação e construção de sistemas de classificação. Nesta linha, devem ser seguidos princípios gerais no desenvolvimento da classificação (Gnoli, 2017a). Gnoli e Poli (2004) apontam os benefícios e os problemas da aplicação de modelos de níveis à classificação para representar níveis de realidade. Para estes autores, a aplicação do modelo de níveis aos diferentes domínios implica, evidentemente, diferentes problemas específicos, como o da representação das ramificações na classificação, mas tal não exclui o facto de os problemas de aplicação a um determinado domínio poderem fornecer lições que podem ser frutuosas para outros domínios, ou seja, os problemas de representação podem estimular a clarificação de questões ontológicas e, inversamente, a ontologia pode oferecer bases mais sólidas e duradouras para a representação do conhecimento (Gnoli e Poli, 2004, p. 159). Tennis (2012b) faz questão de apontar o carácter impermanente dos SOC, porque, sendo formas que criamos, eles estão, por definição, situados no tempo. Assim, à medida que o tempo avança, o sistema e a nossa conceção das formas que o compõem podem mudar, implicando que, após estabelecido um tipo de relação ou um termo individual, estes podem não se manter ao longo da vida do sistema (Tennis, 2012b, p. 28). Adicionalmente, o autor defende que se deve perceber que os SOC não precisam de ser corretos, mas úteis no contexto em que se estão inseridos, isto é, o mesmo sistema pode fazer muito sentido em certos meios e não ter qualquer utilidade em outros, o que não faz dele um sistema incorreto. Nesta linha, os SOC revelam-se mais úteis quando construídos com um determinado propósito e quando integram os significados do contexto no qual são relevantes. Para isto releva que a conceção de SOC úteis deve reconhecer que este trabalho se situa não só num contexto delimitado e que utiliza uma linguagem aberta à interpretação, mas que também se situa no tempo (por isso tem uma história), é impermanente (por isso vai alterar-se), é uma obra de arte (por isso deve ser concebido tendo por base a utilidade como um conceito de beleza) e é um instrumento para o trabalho ético (por isso não só deve ser belo, mas também justo e reduzir quaisquer danos) (Tennis, 2012b, p. 29). Deste modo, Tennis assume a necessidade de ter em consideração as preocupações éticas relativamente à hierarquia como estrutura nos SOC (Tennis, 2012c).

Considerando a necessidade de uma noção alargada de classificação para possibilitar uma melhor integração da enorme diversidade de itens de informação (com especial atenção para os novos suportes de informação e comunicação), considerados como fontes de conhecimento (Gnoli, 2010), o foco deve ser deslocado dos documentos, e os esquemas de classificação devem dar prioridade aos fenómenos (Gnoli, 2016). Gnoli (2016, pp. 404-405) propõe assim, em alternativa às classificações disciplinares (como as bibliográficas), os esquemas de classificação com base nos fenómenos, baseados no potencial associativo das relações entre facetas para a OC, passíveis de serem aplicados a quaisquer itens,

independentemente da sua dimensão. Nesta medida, o autor divide a OC num conjunto de dimensões, cada uma com o respetivo campo de abordagem: α -realidade em si (misticismo); β -fenómenos (ontologia); γ -perspetivas –(epistemologia); δ -documentos (bibliografia, epigrafia, etc.); ϵ -coleções (biblioteca, arquivo e museologia); ζ -necessidades de informação (ciência cognitiva e da informação); η -pessoas (sociologia) (Gnoli, 2016, p. 406). O autor defende que, apesar da OC estar incluída nas dimensões dos documentos e das coleções, e no campo das disciplinas que se debruçam sobre a bibliografia, a epigrafia, os arquivos, bibliotecas e museus, não se restringe a elas, compreendendo, num sentido mais abrangente, a dimensão dos fenómenos, das perspetivas (epistemologia), das necessidades de informação e da sociologia, isto é, das pessoas. À luz desta análise dimensional, propõe que a classificação baseada nos fenómenos tem um maior poder de representação comparativamente com a classificação disciplinar, uma vez que, numa classificação baseada em disciplinas, um determinado fenómeno, por exemplo uma espécie de planta, é listada em várias classes disciplinares (bioquímica, botânica, farmacologia, arquitetura paisagística, etc.) sem qualquer relação explícita entre elas, à exceção de um índice alfabético, quando disponível, encontrando-se a representação dessa planta dispersa pelo SOC. Numa classificação baseada no fenómeno, a própria planta torna-se um conceito de referência expresso por uma notação estável, e todos os documentos que tratam da planta como tema principal serão assim reunidos na classe correspondente; outros documentos que tratam da planta apenas como tema particular continuarão a estar dispersos em vários pontos do esquema, mas serão recuperáveis de uma forma fácil e coerente através da sua notação estável (Gnoli, 2016, p. 410). Segundo Gnoli (2016), a classificação dos fenómenos é particularmente importante na articulação entre as diferentes dimensões da OC, dado que as disciplinas passam a ser perspetivas sobre o fenómeno em vez das classes principais, e os instrumentos da OC podem organizar documentos em bibliotecas e arquivos, espécimes em museus, jardins e obras de arte em galerias de forma integrada, sem os forçar para sistemas de indexação separados. Para o autor, isso será possível se o foco da OC for deslocado dos documentos e das suas características materiais e de conteúdo para outras dimensões componentes do Conhecimento. A análise dimensional sugere que, como a realidade em si mesma é inatingível pelo conhecimento direto, a dimensão mais geral a que as outras podem ser referenciadas é a dos fenómenos. Assim, um SOC que pretenda funcionar como uma referência muito generalista para qualquer tipo de conhecimento deve basear-se nos fenómenos e tratar as outras dimensões em relação com os fenómenos (Gnoli, 2016, p. 412). Outra razão para preferir "fenómeno" a "objeto" é que o primeiro pode transmitir melhor a ideia de englobar processos, propriedades e relações juntamente com entidades, uma vez que todos estes têm de ser tratados num SOC (Gnoli, 2016, p. 407). Modelar fenómenos como sistemas significa identificar certos componentes, estruturas e ambientes, que são atributos típicos de uma determinada classe de fenómenos, pelo que podem ser tratados como as suas facetas num SOC (Gnoli, 2017b). A classificação em contextos de GD exige um compromisso com a interoperabilidade (entre humanos, organizações e máquinas, justificando um

esquema ou plano de classificação comum), o que pode implicar uma abordagem experimental para a conceção de estruturas de classificação (Tennis, 2005).

Foscarini (2006) apresenta uma Perspetiva Arquivística que discute as vantagens e as limitações da abordagem funcional aplicada à Classificação de Informação de Arquivo, enquanto Doria (2012) considera as atividades na criação de SOC baseados em classificação facetada. Segundo Foscarini, a classificação é um instrumento crucial no ambiente burótico eletrónico nas organizações, na medida em que fornece informações essenciais sob a forma de metainformação sobre o contexto da criação e utilização dos registos, informações que, de outro modo, seriam impossíveis de obter (Foscarini, 2006, p. 195). A autora refere alguns exemplos de normas e orientações (ISO 15489; DIRKS; MoReq, etc.) dedicadas à gestão de informação de arquivo, que apresentam perspectivas de conceção de esquemas de classificação baseadas em modelos funcionais (Foscarini, 2006, p. 192-196). Estas abordagens caracterizam-se pelas investigações preliminares ao ambiente interno e externo da organização, seguidas de uma análise funcional descendente e de uma análise de processos ascendente combinadas (Foscarini, 2006, p. 196). No que tange a descrição das entidades funcionais, o que distingue as atividades das funções é o âmbito, a interdependência hierárquica e o facto de as primeiras serem limitadas no tempo, e de natureza amplamente repetitiva, dado serem instâncias de um processo que se repete muitas vezes (Foscarini, 2006, p. 196). Apoiando-se em Shepherd e Yeo (2003), remete para a ideia da racionalidade burocrática e instrumental que tenta reduzir a incerteza através da abstração e rotina, em que as atividades, por mais criativas que sejam, revelam ser, na sua maioria, instâncias de tipos de atividade que se percecionam como recorrentes (Foscarini, 2006, p. 196). Nesta linha, defende que os sistemas de classificação baseados numa análise funcional rigorosa orientam para a racionalização dos processos de negócio e para a agilização da multiplicidade da informação de arquivo de uma organização numa estrutura única e orgânica (Foscarini, 2006, p. 196). Aliando esta ideia à caracterização das instituições feita por Mary Douglas (1986), afirma que os sistemas de classificação são "dispositivos de minimização da entropia" (Douglas 1986, 48; Foscarini, 2006, p. 196). Doria (2012, p.290) aponta que o interesse em considerar as atividades na conceção de classificações facetadas reside na oportunidade de tornar variável o grau de especificidade da classificação e, conseqüentemente para a indexação e a recuperação da informação da organização. As prioridades dos utilizadores diferem dentro de uma unidade orgânica, tal como o volume de documentos produzidos durante a execução das tarefas profissionais. A autora defende que a possível variação dos graus de especificidade nas tarefas de gestão da informação reduz os custos cognitivos inerentes a essas atividades. Para além disso, a consideração das atividades também permite fragmentar os valores das facetadas em várias facetadas distintas, uma vez que os seus quantitativos podem ser potencialmente demasiado elevados (Doria, 2012, p. 290). Para ela, a classificação facetada facilita a gestão da informação ao permitir o acesso pluriperspectivado aos documentos, visto ser possível recorrer a elementos heterogéneos para a recuperação, pelo que, se os documentos pesquisados tiverem sido indexados através da classificação facetada, é possível reconhecer potenciais elementos utilizados para a documentalização em

facetas (Doria, 2012, p. 290). Doria conclui que os desafios relacionados com as interfaces gráficas para a apresentação da classificação facetada têm implicações na eficiência e no sucesso deste tipo de sistemas (Doria, 2012, p. 290).

Considerando as esferas da conceção, estudo e crítica da investigação em OC (Tennis, 2008), e tal como outras investigações, como a que se refere ao Plano de Classificação da Administração Local em Portugal (Silva, Corujo & Revez, 2020), este estudo apresenta os recentes desenvolvimentos nas políticas de classificação da informação de arquivo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas portuguesas.

No seguimento do Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas, desenvolvido pelo Grupo de Trabalho das Entidades de Ensino Superior (GT-IES), grupo de trabalho profissional e reforçado por um mandato político (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017), os arquivos administrativos das IES estão a pôr em prática uma nova abordagem de organização do conhecimento através do desenvolvimento de um Plano de Classificação Comum das IES (PCIES). O PCIES será oficialmente publicado como legislação de gestão documental/arquivística e espera-se que modifique amplamente as práticas de administração das IES. O principal objetivo deste estudo é discutir as soluções de OC (Hjørland 2016) que estão a ser consideradas para a criação do PCIES. Através de uma revisão da literatura, juntamente com uma abordagem de gestão de projetos, foi realizada uma análise qualitativa dos problemas encontrados e das soluções propostas durante a conceção do PCIES.

2. A MacroEstrutura Funcional Portuguesa

Considerando o quadro das políticas e estratégias europeias de interoperabilidade, para a promoção do acesso à informação e para a sua reutilização, tal como definido pela Decisão nº 922/2009 e pela Diretiva 2013/37/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, Portugal definiu uma estrutura de classificação da informação para toda a administração pública. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), órgão coordenador da política arquivística nacional, concebeu esta estrutura em colaboração com mais de duas centenas de organismos da administração pública (central, desconcentrada, regional e local), ao longo da última década e meia (Silva, 2016).

A MacroEstrutura Funcional (MEF) é uma representação conceptual das funções desempenhadas pelos organismos do sector público, que considera o primeiro e segundo níveis hierárquicos de classificação da informação de arquivo, representando, respetivamente, as Funções e Subfunções da Administração Pública Portuguesa. Tem uma perspetiva global e integradora do sector público, que se sobrepõe à análise das funções de cada organização individual, tendo como mais-valia a promoção da interoperabilidade semântica nas trocas informacionais dos organismos da administração. Os objetivos da MEF incluem a ampliação da interoperabilidade semântica nas trocas de informação entre os serviços da administração pública, respondendo à necessidade de uma linguagem comum de

representação da informação, e garantindo a capacidade de um sistema (digital ou não) comunicar de forma transparente com outro sistema. Pretende também fornecer um modelo de classificação (em sintaxe e semântica) que possa ser entendido por diferentes entidades da administração pública. Outro objetivo, ainda, passa pela promoção da utilização de uma estrutura única para classificar e organizar a informação de arquivo do sector público (e os registos que não se materializam em documentos, mas que também são necessários gerir), potenciando uma maior eficácia da gestão e uma maior facilidade de acesso à informação por parte dos organismos e dos cidadãos, e contribuir para a transparência da gestão e para o reforço dos processos de responsabilização e prestação de contas (Silva, 2019; Corujo, 2023).

As iniciativas do Grupo de Trabalho das Autarquias Locais para a análise da viabilidade da aplicação da MEF ao enquadramento funcional dos serviços municipais e, conseqüentemente, a elaboração um plano de classificação da administração local (Silva, Corujo & Revez, 2020), espoletaram uma nova etapa de desenvolvimento da MEF, essencialmente para apoiar os planos de classificação funcional. Tal culminou na publicação da Lista Consolidada (LC) para classificação (e a avaliação) da informação do sector público, pela DGLAB. Esta lista, em constante atualização, inclui o terceiro e quarto níveis de classificação da informação de arquivo, relativos, respetivamente, aos processos de negócio realizados pela Administração Pública Portuguesa, e decomposições dos vestígios informacionais das atividades que constituem instâncias desses processos de negócio (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023). A sua constante atualização resulta de vários projetos paralelos relativos ao processo de desenvolvimento da Macroestrutura Funcional. O documento apresenta, assim, uma estrutura hierárquica de classes que representam as funções, subfunções e processos de negócio desempenhados pela Administração Pública, a partir de uma perspetiva suprainstitucional, transversal e funcional, incluindo a sua descrição e valorização (prazos de retenção administrativa e destino final da informação). Foi proposta como referência para o desenvolvimento de instrumentos organizacionais ou multiorganizacionais de classificação e avaliação da informação pública (planos de classificação e tabelas de retenção (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023). Numa lógica de dados abertos e de maior interoperabilidade, a LC passa a estar disponível na Plataforma CLAV (Classificação e Avaliação da Informação Pública). Este instrumento de base ontológica, identifica os processos de negócio das entidades que desempenham funções públicas (Lista Consolidada), associados a um catálogo da legislação que os regula e dos organismos que os executam, e que são responsáveis pela preservação e gestão do ciclo de vida da informação produzida nesse contexto; e ainda as tabelas de conservação derivadas da Lista Consolidada, identificando as classes e o ciclo de vida da informação associados aos processos de negócio (prazos de conservação administrativa e destino final) para implementação em contexto organizacional ou multiorganizacional (Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

3. O Plano de Classificação Comum das IES

A iniciativa do PCIES tem sido mencionada na literatura portuguesa e internacional. Há produção escrita por membros dos grupos de trabalho e apresentada por investigadores (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Corujo, 2017; Corujo, 2023).

Considerando o que anteriormente se apresentou acerca da Classificação na perspetiva da OC, do desenvolvimento dos SOC, e da abordagem funcional e sobre as atividades, verifica-se que a adoção da classificação funcional é complexa porque se baseia na distinção clara entre entidades, unidades orgânicas, ou serviços e funções, quando as unidades orgânicas são estabelecidas, ou devem ser estabelecidas, com base numa especialização funcional. Apesar disso, na perspetiva das organizações e da gestão de processos, considera-se que a classificação por funções é claramente o critério mais estável, sendo tão objetivo como o orgânico se as funções forem claramente delimitadas (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva 2019; Corujo, 2023). Por outro lado, considerou-se vantajoso implementar soluções de organização da informação da Administração e da sua interoperabilidade mais abrangentes. O racional por trás dessa ideia é que, em vez de cada entidade criar o seu próprio plano de classificação, se utilize um único instrumento por todas as entidades, salvaguardando as especificidades de cada uma, o que não só garante uma economia de escala, rentabilizando o investimento público, como facilita o acesso à informação por parte das organizações e dos cidadãos (Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

Em resposta aos desafios contínuos da modernização administrativa e do Governo Eletrónico, são necessárias novas políticas e ferramentas para a gestão da informação de arquivo, uma exigência que se estende também aos planos de classificação. Estes, durante muito tempo, pareceram não responder eficazmente aos novos desafios, pois continuavam a ser considerados apenas como um instrumento de organização e descrição dos fundos documentais com informação de arquivo pretérita. Ainda hoje, muitas IES não utilizam um verdadeiro plano de classificação na gestão da informação de arquivo que vão produzindo e recebendo no dia-a-dia. Pelo contrário, o plano de classificação deve ser um instrumento fundamental na gestão da informação de arquivo, para além de refletir as funções e atividades de cada organização. Se a sua importância era reconhecida nos sistemas de informação analógicos, quando estes existiam, nos sistemas de informação digitais a classificação é um requisito obrigatório e indispensável (Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020; Corujo, 2023).

O Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas, emanado do GTIES, surgiu da necessidade de envolver múltiplos interlocutores institucionais da Administração Pública num projeto suprainstitucional de gestão documental, e de um esforço no sentido do consenso, da boa vontade, da partilha interinstitucional e do trabalho cooperativo, para convergir na produção de instrumentos harmonizados de gestão da informação de arquivo destas entidades. Um desses instrumentos já produzidos é o Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada, orientado para a gestão de informação de arquivo

pretérita, e cuja aplicação pelas várias IES tem permitido racionalizar e mitigar os custos de armazenamento de material eliminável e contribui para adequar e orientar o investimento na manutenção dos documentos detentores de valor que justifiquem a sua conservação permanente (Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

No que se refere ao PCIES, à MEF e à LC, são os principais enquadramentos para o seu desenvolvimento, e contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação. Este paradigma cruza de forma transversal e suprainstitucional as funções com os processos de negócio, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos (Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

Metodologicamente, o desenvolvimento do PCIES passou a responder aos seguintes objetivos: i) identificação, descrição e representação dos processos de negócio comuns e específicos, que retratam as atividades desenvolvidas, no presente, pelas diferentes IES, no desempenho das suas funções; ii) contextualização, justificação e fixação dos prazos de conservação administrativa e de destino final comuns e específicos das IES, com vista ao desenvolvimento de uma tabela para a avaliação e a seleção documental de registos e de processos de negócio; iii) submissão dos resultados conjuntos, e consubstanciados num documento único, a Portaria de Gestão Documental, instrumento legal sujeito à aprovação dos Ministérios de tuteladas instituições envolvidas; iv) implementação e avaliação periódica.

Para o cumprimento destes objetivos, seguiu-se uma lógica de gestão de projeto, tendo o processo de desenvolvimento dos SOC posto em prática pelo GTIES sido analisado, em diversas óticas, como é o caso da perspetiva da Gestão do Conhecimento, que permitiu evidenciar a criação e a partilha de conhecimento, usando inclusivamente ativos do conhecimento como as plataformas colaborativas, reuniões mensais e quinzenais, dependendo da fase, e que também permitiram debater e validar o resultados obtido, constituindo-se em criação, conversão e gestão do conhecimento (Corujo, 2017).

Alguns resultados incluem: a i) identificação dos processos de negócio e dos processos documentais específicos das funções do Ensino Superior; ii) estabilização e harmonização do vocabulário usado na sua designação; iii) descrição de como esses processos iniciam e terminam; iv) formulação de notas de inclusão e de exclusão e de termos de índice. Nesta linha, as diferentes áreas e os processos de negócio existentes na MEF e na LC foram analisadas e confrontadas com o contexto vivenciado individualmente e/ou pelo conjunto das IES, de modo que o PCIES produzido incluísse todos os processos que fazem parte do exercício das suas funções e atividades, excluindo-se os que não pertencem à sua realidade. Assim, para que o PCIES fosse dotado da elasticidade requerida, para além dos processos de negócio que dependem diretamente da iniciativa das IES, foram considerados todos aqueles em que elas se podem manifestar, seja a que título for. Mais especificamente, visou-se perceber que terceiros e quartos níveis de classificação presentes na LC deveriam integrar o instrumento resultante do processo. Tal implicou uma análise complexa, de alto nível de responsabilidade, baseada numa verificação atenta, com o apoio de instrumentos que auxiliaram tanto a identificação das relações existentes

entre os processos (e.g., complementar, síntese, sucessão), com a aferição das implicações de natureza jurídica, legal e administrativa a que os mesmos se encontram sujeitos, tendo-se produzido justificações que foram embebidas em cada processo de negócio analisado. Trata também da categorização desses mesmos processos, comuns ou específicos, bem como da identificação dos seus intervenientes, podendo estes ser os donos ou apenas participantes, o que implicou a assunção de diferentes níveis de responsabilização. Os trabalhos apoiaram-se, principalmente, em princípios inclusivos, já que qualquer exclusão deve ser seriamente ponderada, contrapondo-se, nesse caso, a exaustividade com a especificidade (Simões e Freitas, 2013), evitando-se incorrer no erro de desconsiderar os processos de negócio que, conquanto aparentemente não digam respeito às funções e às atividades desempenhadas pelas IES, dada a sua abrangência, possam estar a elas vinculados num outro nível de relacionamento. Paralelamente, os *apports* trazidos pela análise e pelos resultados tiveram consequências como as atualizações, acrescentos e alterações na própria LC, de que são exemplos muitos dos processos de negócio identificados no âmbito das Funções MEF 750 - *Prestação de Serviços de Ensino e Formação* e 800 - *Prestação de Serviços Técnicos e Científicos, Investigação e Desenvolvimento*.

Apresenta-se no seguinte Quadro as principais Classes do PCIES:

Quadro 1 – Classes de 1º e 2º nível do PCIES

Código	Título
100	ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO
100.10	Elaboração de diplomas jurídico-normativos e de normas técnicas
100.20	Interpretação da legislação e das normas
150	PLANEAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
150.10	Definição e avaliação de políticas
150.20	Planeamento, avaliação e melhoria de serviços
150.30	Produção de informações estratégicas e de segurança
150.40	Produção de informação estatística
200	EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
200.10	Definição de políticas conjuntas e dos instrumentos de regulação
200.20	Coordenação e acompanhamento político e diplomático
200.30	Projetos de execução da política externa
250	ADMINISTRAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO
250.10	Estabelecimento e cessação de relações de trabalho
250.20	Gestão de relações individuais de trabalho
250.30	Gestão e acompanhamento de relações coletivas de trabalho
300	ADMINISTRAÇÃO DE DIREITOS, BENS E SERVIÇOS
300.10	Aquisição, venda, abate ou permuta
300.20	Concessão, delegação e parceria público-privada
300.30	Identificação e caracterização de bens
300.40	Proteção, conservação e valorização
300.50	Utilização, exploração e rendibilidade
350	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
350.10	Execução orçamental
350.30	Gestão da tesouraria
350.40	Gestão da dívida e dos créditos públicos
350.50	Gestão de ativos financeiros e de unidades de participação

Código	Título
400	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTO
400.10	Registo de dados de identificação e caracterização de entidades ou atos
400.30	Formalização notarial e registral de atos jurídicos
450	RECONHECIMENTOS E PERMISSÕES
450.10	Licenciamentos, certificações e outras autorizações
450.20	Classificação e declaração de interesse ou utilidade pública
450.30	Emissão de comprovativos de factos ou atos
500	SUPERVISÃO, CONTROLO E RESPONSABILIZAÇÃO
500.10	Inspeção, auditoria, fiscalização e monitorização de conformidade à norma
500.20	Apuramento de responsabilidades técnicas e disciplinares
500.30	Ação sancionatória e cautelar
500.40	Impugnação administrativa
550	EXECUÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO OU DEFESA
550.10	Segurança pública
550.20	Proteção civil, socorro de emergência e prevenção de acidentes
550.30	Missões de defesa e apoio à paz
600	ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
600.10	Prevenção e investigação criminal
600.20	Resolução alternativa de litígios
600.30	Produção de prova e decisão judiciária
600.40	Execução de penas, medidas e títulos executivos
650	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
650.10	Atribuição de prestações sociais e auxílios económicos
650.20	Acesso a medidas de apoio, serviços e equipamentos sociais
700	PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE
700.10	Gestão de utentes
700.20	Serviços clínicos
710	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E SALUBRIDADE PÚBLICAS
710.10	Serviços de higiene e limpeza
710.20	Serviços mortuários
750	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO E FORMAÇÃO
750.10	Gestão do aluno/formando
750.20	Gestão formativa e curricular
750.30	Avaliação de aprendizagens
800	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
800.10	Execução de serviços científicos e técnicos
800.20	Execução de projetos de investigação e desenvolvimento
850	EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E DE AÇÕES DE INCENTIVO
850.10	Atribuição e controlo de financiamentos e de ajudas diretas
850.30	Atribuição e controlo de bonificações e benefícios
850.40	Atribuição e controlo de garantias financeiras prestadas pelo Estado
900	DINAMIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
900.10	Execução de atividades de dinamização da sociedade
900.20	Execução de atividades de comunicação institucional
950	ADMINISTRAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA
950.10	Administração eleitoral
950.20	Processamento de ações peticionárias, reclamações e manifestações de congratulação
950.30	Atribuição de distinções honoríficas

FONTE: Elaboração Própria (2023), com base no trabalho desenvolvido pelo GT-IES.

4. Soluções de Organização do Conhecimento

Fundamentada na teoria da OC, o PCIES segue uma abordagem procedimental, que considera o conceito de processo de negócio. Tal implicou a normalização e a uniformização da terminologia, como já oportunamente se indicou, já que consiste num conceito relativamente recente no contexto da gestão da informação, pois seu significado não é unívoco, nem totalmente reconhecido pelos profissionais de informação - arquivistas.

Também se verificou o desenvolvimento de uma estrutura hierárquica de classificação semântica da PCIES em três níveis, os dois primeiros representando as funções e subfunções da administração pública (MEF) e o terceiro nível representando os Processos de Negócio. Também se assumiu que, eventualmente, e em função das necessidades decorrentes da gestão da informação de arquivo, designadamente da avaliação, poderão ser criados 4^{os} níveis. Seguindo a teoria da OC, a classificação é a operação intelectual de identificação e estruturação hierárquica dos documentos e informações de um sistema arquivístico aberto que reflete as funções e atividades dos órgãos envolvidos nos diferentes processos de negócio, com base nos princípios da interoperabilidade, integralidade, transversalidade e abordagem suprainstitucional (exossistémica) (Doria, 2012; Foscarini 2006; Simões e Freitas 2013). Tal implica o abraçar de um novo paradigma na gestão da informação arquivística da administração pública, que considera, nos processos transversais, dois ou mais produtores, enquanto o conceito de fundo estava intimamente relacionado com as competências de um produtor. Com efeito, o fundo estende-se à transversalidade dos processos das organizações, o que questiona o princípio da proveniência da teoria arquivística clássica.

A identificação dos processos de negócio implicou a adoção dos seguintes princípios: (i) Interoperabilidade (existência de comunicação entre sistemas); (ii) Transversalidade (existência de relações recíprocas); (iii) Granularidade (subdivisão de um sistema em partes mais pequenas); (iv) Completude (apresentação completa); (v) Exogeneidade (existência de cadeias de valor suprainstitucionais ou exossistémicas); (vi) Respeito pela função (dependência hierárquica do processo de negócio das classes de 1^o e 2^o nível) (Silva, 2019).

De forma a obter um plano de classificação único para toda a administração pública portuguesa, independentemente das diferentes materializações, foi necessário representar o caminho lógico seguido em cada função para a obtenção dos processos de negócio. Assim, a opção foi a construção de mapas conceptuais, que permitissem orientar, explicar e justificar o caminho. Esta informação não pertence a nenhuma das classes, uma vez que não é diretamente visível no Plano de Classificação.

Para a subdivisão, de modo a estruturar o sistema de classificação, foram seguidos os princípios ou tipos de relações semânticas entre os conceitos, propostos por Dahlberg (1976), nomeadamente: Relação hierárquica ou relação de género e espécie (quando dois ou mais conceitos da subdivisão têm características idênticas, e um deles tem mais uma característica do que o outro, que um é mais específico, o outro é mais amplo); Relação partitiva (quando entre o todo e as partes ou entre um produto e os elementos que o constituem); Relação de oposição (quando existe contradição

ou contrariedade); Relação funcional (quando uma função deriva de um processo, com base na valência semântica dos verbos).~

4.1. 1ª Solução - Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior e liderança e apoio do Organismo de Coordenação

As IES, inicialmente, haviam contactado e solicitado consultoria técnica e/ou enviado propostas individuais de portarias de gestão documental para a análise e o parecer da entidade coordenadora da política arquivística nacional. A análise comparada das propostas enviadas, por parte da DGLAB, revelou a necessidade de uma aposta no trabalho cooperativo como forma de ultrapassar o impasse gerado pelas inconsistências detetadas nos vários documentos postos à prova. O grupo operacional inicial foi alargado e aberto à participação de todas as IES vinculadas à Administração Pública portuguesa, incluindo-se entre estas os Institutos Politécnicos. Apesar de parecer uma opção de gestão, esta iniciativa exemplifica a dimensão social dos sistemas e das redes de informação. Sem o envolvimento do grupo profissional dos arquivos das IES, seria bastante difícil ligar o trabalho realizado no núcleo central aos nós desconcentrados, aqui identificados com as IES. A conceção do PCIES foi possível graças a uma vontade concertada, à iniciativa e à apetência para construir uma ferramenta que se adaptasse aos novos modelos de gestão da informação nessas organizações (Freitas, Corujo & Sousa, 2015).

A capacidade de as diferentes entidades da Administração Pública interagirem, partilhando informação no âmbito dos processos em que intervêm, exige a existência de ferramentas para soluções interoperáveis. No entanto, as ferramentas que permitem a interoperabilidade não se constroem sem articulação entre as entidades que partilham as mesmas preocupações, que intervêm nos mesmos processos, que concorrem entre si para um serviço ou um produto final (Corujo, 2017).

Desde o início assumiu-se que o PCIES obedeceria à MEF, o que implicou adotar e assumir os seus princípios e conceitos. Significa, portanto, que o objetivo do projeto assentava na promoção de uma interoperabilidade semântica (Tennis, 2005), que servisse os objetivos das entidades que partilham responsabilidades na prestação de serviços públicos (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017).

O método de trabalho utilizado no projeto teve como principais linhas orientadoras para o levantamento/classificação dos Processos de Negócio o resultado das reflexões e do labor de vários anos, desenvolvido quando da construção da MEF. Este método foi inicialmente exposto pela DGLAB, mas os contrastes e os consensos entre a realidade prática e os aspetos teóricos, que surgiram ao longo da análise, tiveram como consequência revisões e aperfeiçoamentos do procedimento metodológico e dos próprios instrumentos de base (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017). Exemplo disso foram os problemas decorrentes da classificação multinível, da existência de representação de diferentes graus de granularidade no mesmo nível, que Gnoli e Poli (2004) também apontam. O contexto necessário para o projeto, providenciado pela DGLAB, foi outro fator preponderante para a criação, a partilha e a conversão de conhecimento, dadas as dificuldades de partilha/conversão de conhecimento num grupo tão grande, e pelo facto de nem todas

as IES participarem com o mesmo grau de colaboração na elaboração dos respetivos instrumentos, e não enviarem o mesmo número de representantes, o que se traduziu em participações com efetividade variada ao longo das fases do processo (Corujo, 2017).

4.2. 2ª Solução - Classificação funcional

Considerando o que anteriormente se expôs acerca da classificação (Dahlberg, 1976; Gnoli e Poli, 2004; Tennis, 2005; Gnoli, 2010; Tennis, 2015; Hjørland, 2017; Gnoli, 2016; Gnoli 2017a); Smiraglia, 2016), dos SOC (Tennis, 2012b; Tennis, 2012c; Hjørland, 2016; Gnoli, 2016; Gnoli, 2017b), da classificação funcional (Foscarini, 2006; Doria, 2012), considera-se que o desenvolvimento do trabalho implicou uma análise do domínio e uma abordagem facetada (Hjørland, 2016, Tennis, 2003; Tennis 2012a; Doria, 2012). Por outro lado, a implementação do PCIES pressupõe a adoção de uma abordagem funcional, por processos de negócio, o que pode implicar alterações nas práticas administrativas e, conseqüentemente, na organização da informação, assim como na integração e partilha de serviços e informação na prossecução de atividades transversais, por parte das entidades, fator de transformação da cultura organizacional, para que passe a alinhar numa perspetiva de Administração Pública interorganizacional e interdependente. Tal transformação também se projeta nas entidades públicas, motivando o afastamento da lógica burocrática weberiana, da tradição hierárquica, da fragmentação dos processos, da redundância de informação, e da duplicação de tarefas, e que não se coaduna com as necessidades da gestão da informação de arquivo eletrónica. A abordagem funcional permite também captar as funções como algo mais estável e comum às diferentes entidades, que não a tramitação que cada entidade desenvolve diferenciadamente. Daí a mudança de paradigma, que se afasta da identificação dos processos documentais em direção à identificação dos processos de negócio que resultam do desempenho de funções públicas pelas diferentes entidades. Subjacente à aplicação do PCIES, ou de qualquer classificação derivada da MEF e da LC, está o envolvimento de modelos e ferramentas integrados e partilhados pelos agentes públicos, a nível suprainstitucional (Corujo, 2023), apontando para a interoperabilidade entre humanos, organizações e máquinas (Tennis, 2005).

4.3. 3ª Solução - Abordagem do processo de negócio

Considerando que os esquemas de classificação devem dar prioridade aos fenómenos (Gnoli, 2016), no caso dos planos de classificação de informação de arquivo, podemos identificá-los com os processos de negócio. Assim, no desenvolvimento de um SOC como o PCIES, a identificação de processos de negócio para a constituição de classes é algo que decorre da abordagem funcional e requer a adoção de diferentes procedimentos de trabalho. O Processo de Negócio deve ser identificado no âmbito da função a que pertence (o que é e não para que serve ou como é desempenhado), deve ser identificado tendo em conta o produto final e não o produto parcial ou intermédio, não deve considerar o procedimento específico para obtenção desse

produto (dado que o procedimento pode variar de entidade para entidade, ou por imperativos legais) e deve ter em conta o enquadramento legal específico, embora se reconheça que não existe uma relação unívoca entre um Processo de Negócio e a legislação. A preocupação em associar o produto final ao conceito de Processo de Negócio conduziu a um outro princípio subjacente a este projeto: o princípio da transversalidade, que garante a identificação do Processo de Negócio na sua plenitude. Tal só é possível com uma abordagem supraorgânica e suprainstitucional (Silva, Corujo & Revez, 2020).

A construção do PCIES permitiu uma visão estruturada da administração pública, na perspetiva de um único supersistema, na articulação de múltiplos sistemas públicos, tendencialmente abertos, partilháveis e flexíveis, em detrimento do tradicional posicionamento no sistema organizacional fechado, isolado e inflexível. Com base no enfoque das relações suprainstitucionais estabelecidas entre processos de negócio, que representam uma rede de transações de elevada complexidade, formando uma teia em que a própria administração pública é vítima recorrente, procura-se clarificar as diferentes ações, através da criação de uma linguagem semântica que potencie o entendimento entre serviços e organismos públicos, na procura da satisfação dos clientes externos e internos (Freitas, Corujo & Sousa, 2015; Freitas, Corujo & Sousa, 2017; Silva, Corujo & Revez, 2020).

Aponta-se, ainda, que o desenvolvimento de um SOC de classificação baseado em processos de negócio permite, pela aplicação do SOC, o desenvolvimento de POC. Com efeito, um dos processos de negócio contido no PCIES implica a classificação de registos de informação: *300.30.008 - Registo de documentos e informação*. Esses registos são feitos no âmbito de atividades que correspondem a instâncias dos processos de negócio, pelo que, tanto as atividades como os processos de negócio que as enquadram, podem ser considerados fenómenos. Apesar de os POC serem considerados a dimensão intangível da tangibilidade dos SOC, a classificação da informação de arquivo resulta em registos em sistemas de gestão documental, que acabam por poder ser considerados vestígios (indiretos) desses processos de organização de conhecimento.

5. Conclusão

Este trabalho mostrou como foi criada uma linguagem comum, partilhada e normalizada para representar as funções da administração pública, designada por MEF. Com o objetivo de aprofundar os níveis de interoperabilidade semântica alcançados nesta estrutura, a DGLAB desenvolveu uma LC para a gestão das decisões de classificação e avaliação da informação pública, disponibilizando um instrumento único de classificação (e avaliação) da informação arquivística a todas as IES públicas portuguesas e também a outras entidades da administração pública. Atualmente, parece cada vez mais difícil entender a classificação como uma função que trata os documentos de um fundo, produzidos no âmbito das atividades de uma organização, com base nos princípios arquivísticos da proveniência e do respeito pela ordem original. A normalização de processos terá de ser definitivamente inserida na fase de produção, contribuindo para uma gestão eficaz da informação e

dos registos nos sistemas de informação dos organismos da administração pública (Silva 2019). O paradigma proposto por Portugal caracteriza-se por uma nova abordagem arquivística, um modelo matricial que cruza funções com processos de negócio. A integração das séries documentais tradicionais na MEF é inconciliável com os novos pressupostos.

Tal mudança posiciona, definitivamente, a comunidade arquivística das IES na conceção, planeamento e desenvolvimento do sistema de informação. Finalmente, a MEF, bem como o PCIES, contribuem para a emergência de um novo paradigma na Gestão da Informação na administração pública. Este paradigma cruza funções com processos de negócio, de forma transversal e suprainstitucional, e considera os diferentes organismos da administração pública como sistemas abertos. Como resultado, a administração pública e, em particular, a comunidade arquivística recebem um novo instrumento normalizado de gestão da informação, que serve não só a classificação, mas que permitirá também a avaliação e a seleção da informação arquivística. Incluem-se aqui os procedimentos administrativos que lhes estão associados, agilizando assim as funções do arquivo na garantia de direitos e deveres e na preservação da memória coletiva.

Referências

- Corujo, Luis. 2017. 'O Projeto IES: Análise do processo na ótica da Gestão do Conhecimento - Estratégias de gestão e conversão do conhecimento (Estudo de Caso)'. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 11(1), 10-24.
- Corujo, Luis. 2023. 'Avaliação da Informação de Arquivo Eletrónica'. Lisboa: Edições Colibri.
- Dahlberg, Ingetraut. 1976. 'Classification theory, yesterday and today'. *International Classification* 3(2), p. 85-90.
- Dahlberg, Ingetraut. 2014. 'Brief Communication: What is Knowledge Organization?' *Knowledge Organization*. 41(1), 85-91.
- Doria, Orélie Desfriches. 2012. 'The Role of Activities Awareness in Faceted Classification Development'. *Knowledge Organization*. 39(4), 283-291.
- Douglas, M. 1986. 'How institutions think'. Syracuse, NY: Syracuse University Press.
- Foscarini, Fiorella. 2006. 'Records Classification and Functions: An Archival Perspective'. *Knowledge Organization*, 33(4) 188-198.
- Freitas, Maria Cristina Vieira de; Corujo, Luis; Sousa, Dora Susana Simões. 2015. 'Projeto Comum de Gestão Documental nas Universidades Portuguesas: harmonização e estabilização do vocabulário'. Em *Actas do 12º Congresso BAD*. Évora: APBAD.
- Freitas, Maria Cristina Vieira de; Corujo, Luis; Sousa, Dora Susana Simões. 2017. 'O Projeto Comum de Gestão Documental nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas: da produção à aprovação dos instrumentos de trabalho'. Em *Atas da 1a. Conferência Internacional de Gestão da Informação e Arquivos*. APBAD.
- Gnoli, Claudio and Roberto Poli. 2004. 'Levels of Reality and Levels of Representation'. *Knowledge Organization*, 31(3). 151-160

- Gnoli, Claudio. 2010. 'Classification Transcends Library Business. Knowledge Organization', 37(3), 223-229.
- Gnoli, Claudio. 2012. 'Metadata About What? Distinguishing Between Ontic, Epistemic, and Documental Dimensions in Knowledge Organization'. Knowledge Organization. 39(4), 268-275
- Gnoli, Claudio. 2016. 'Classifying Phenomena Part 1: Dimensions'. Knowledge Organization 43(6): 403-415.
- Gnoli, Claudio. 2017a. 'Classifying Phenomena Part 2: Types and Levels'. Knowledge Organization 44(1): 37-54
- Gnoli, Claudio. 2017b. 'Classifying Phenomena Part 3: Facets'. em *Dimensions of Knowledge: Facets of Knowledge Organization*, ed. Richard P. Smiraglia and Hur-li Lee. (pp. 55–67). Würzburg: Ergon-Verlag
- Gnoli, Claudio. 2020. 'Introduction to Knowledge Organization'. Facet Publishing.
- Hjørland, Birger. 2008. 'What is Knowledge Organization (KO)?'. Knowledge Organization 35 (2/3): 86–101.
- Hjørland, Birger. 2016. 'Knowledge Organization'. Knowledge Organization 43 (6): 475–84. http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.
- Hjørland, Birger. 2017. 'Classification'. Knowledge Organization 44 (2): 97–128. <http://www.isko.org/cyclo/classification>.
- Shepherd, E. e Yeo G. 2003. 'Managing records: a handbook of principles and practice'. Londres: Facet.
- Silva, Carlos Guardado da. 2016. 'Knowledge Organization in Portuguese Public Administration: From the Functional Classification Plan to the Creation of an Ontology from the Semantic Web's Perspective.' Em *Proceedings of the 14th International ISKO (International Society for Knowledge Organization) Conference*, Rio de Janeiro, Brazil..290–299.
- Silva, Carlos Guardado da. 2019. 'Para um Novo Paradigma na Gestão da Informação Arquivística da Administração Local: o Plano de Classificação'. Em *Investigação em Ciência da Informação*, Silva, Carlos Guardado da. (pp. 87-107). Lisboa: Edições Colibri
- Silva, Carlos Guardado da; Corujo, Luis; Revez, Jorge. 2020 'The Classification Plan for Local Administration: Portuguese Archives and the Knowledge Organization in practice', em *Proceedings of the 16th International ISKO (International Society for Knowledge Organization) Conference*, Aalborg.
- Simões, Maria da Graça; Freitas, M. Cristina V. de. 2013. 'A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da Teoria da Classificação: pontos de convergência e de divergência'. *Ponto de Acesso*, 7(1) (2013): 81-115.
- Smiraglia, Richard P. 2016. 'Empirical Methods for Knowledge Evolution across Knowledge Organization Systems'. Knowledge Organization 43: 351-357
- Tennis, Joseph T. 2003. 'Two Axes of Domains for Domain Analysis'. Knowledge Organization, 30(3): 191-195.
- Tennis, Joseph T. 2005. 'Experientialist Epistemology and Classification Theory: Embodied and Dimensional Classification'. Knowledge Organization, 32(2): 79-92

- Tennis, Joseph T. 2008. 'Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework'. *Knowledge Organization*, 35(3/2): 102-112.
- Tennis, Joseph T. 2012a. 'What Does a Domain Analysis Look Like in Form, Function, and Genre?'. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 6(1): 3-14. <http://hdl.handle.net/1773/37938>
- Tennis, Joseph T. 2012b. 'Forms, Knowledge, and Forms of Knowing: Correct and Useful Epistemology and Knowledge Organization'. em *Desafios e perspectivas científicas para a organização do conhecimento na atualidade. Estudos avançados em organização do conhecimento*, 1. ISKO-Brasil: pp. 22-29.
- Tennis, Joseph T. 2012c. 'A Convenient Verisimilitude or Oppressive Internalization?: Characterizing the Ethical Augments Surrounding Hierarchical Structures in Knowledge Organization Systems'. *Knowledge Organization*. 39(5), 394-397
- Tennis, Joseph T. 2015. 'Foundational, First-Order, Second-Order Classification Theory'. *Knowledge Organization*. 42(4), 244-249



FACULTAD DE
CIENCIAS
DE LA DOCUMENTACIÓN
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE MADRID